

**COMISSÃO DA AMAZONIA, DA INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

REQUERIMENTO Nº /2010

(Do Sr. Eduardo Valverde)

Requer que sejam convidados o Ministro do Meio Ambiente e o Ministro da Integração Nacional para tratar do zoneamento sócio econômico da Amazônia.

Requeiro que sejam convidadas as autoridades acima nomeadas, para, em audiência pública a ser realizadas em data a ser ajustada pela presidência desta comissão, para tratar do zoneamento sócio-econômico da Amazônia.

JUSTIFICATIVA

O presidente Lula deverá lançar um decreto nas próximas semanas onde a Amazônia Legal será dividida em dez áreas onde cada uma delas terá uma estratégia própria de preservação e de desenvolvimento econômico chamado “macrozoneamento”.

Na prática esse documento passa a ser uma diretriz para qualquer tipo de ação territorial, econômica (pública e privada) e ambiental nos Estados do Norte, em Mato Grosso e parte do Maranhão.

O decreto presidencial não criará novas regras. Por isso para funcionar de fato, terá que contar com a colaboração de Estados e municípios.

Segundo o Ministro Minc, do Meio Ambiente “essa é uma estratégia para que a região possa ser mais preservada, se desenvolva e esse zoneamento não fique no papel”.

A definição das dez áreas ocorreu após anos de conversas. Cada área tem sua característica e sua estratégia.

Por exemplo: a primeira, chamada de coração de “coração florestal” pega quase a totalidade de Acre e Amazonas e trechos de Pará, Amapá e Roraima. O objetivo é deixá-la quase intocável, já que abriga a maior porção de florestas intocadas da região. Nessa região, novos assentamentos rurais serão limitados.

Outra área, que pega o sul do Amazonas e o Centro-sul paraense, chamada de “contenção de expansão”, servirá como uma espécie de cinturão verde para proteger o avanço da soja e da pecuária. Para isso, será priorizada a criação de unidades de conservação.

No norte do Mato Grosso estará a área “diversificação da fronteira agroflorestal e pecuária”. A idéia é focar ali na implantação de uma indústria sustentável de madeira e incentivos à expansão da agricultura em pastagens degradadas.

Expor e debater estes assuntos são a razão do presente requerimento.

Sala das Sessões em Abril de 2010.

EDUARDO VALVERDE

Deputado Federal PT -RO